

A produção agrícola orgânica no Território Rural da Grande Dourados-MS

Silvana Aparecida Lucato Moretti,
Bolsista Doutorado CAPES/UFG
Pós-Graduação Geografia- Doutorado/2009
Docente Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
silvana.lucato@hotmail.com

Prof^a Dr^a Maria Geralda de Almeida
Orientadora UFG/Goiânia /IESA
Docente do programa de pós-graduação de geografia IESA UFG
mgdealmeida@gmail.com.br

Eixo temático - DINÁMICA DE LOS ESPACIOS RURALES Y SUSTENTABILIDAD.

Palavras Chaves: Território, Agricultura orgânica, Política pública.

Resumo

Este trabalho analisa a territorialidade produzida pelos produtores agrícolas orgânicos no espaço rural da Região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, tendo como centralidade a idéia de desenvolvimento no mundo moderno.

A definição desta categoria como problemática desta pesquisa, tem como sustentação que a agricultura orgânica se configura como uma produção “alternativa” à noção de desenvolvimento baseado na produção de commodities para o mercado internacional – basicamente soja, milho, cana-de-açúcar e gado bovino.

A política pública de produção do Território Rural da Grande Dourados, foi traçada com base o crescimento econômico vinculado à inserção do lugar e da valorização da pequena produção agrícola. Esta política exige a transformação das formas de produção, das relações sociais, da cultura, da relação com a natureza que a sociedade local produziu historicamente.

Basicamente conclui-se que as ações do Estado promovem a inserção de pequenos produtores agrícolas ao mercado, produzindo um território dos produtores orgânicos inserido na reprodução do capital global.

Introdução

Este trabalho é parte de pesquisa de tese desenvolvida no programa de pós-graduação em geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, tem como centralidade a discussão estabelecida entre praticas da produção de produtos orgânicos e agroindústria exportadora.

O texto pretende discutir a participação da produção da agricultura orgânica na produção territorial, especificamente no espaço rural da região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul¹.

A existência de práticas agrícolas alternativas realizadas pela produção orgânica na região da Grande Dourados permite reflexões acerca do processo de constituição de múltiplas atividades no campo, as quais nem sempre são valorizadas pelo conhecimento científico, que exclui de suas análises parcelas significativas do conhecimento produzido.

Para Boaventura de Souza Santos (2007) este processo é considerado um “desperdício da experiência” no qual em nome de uma construção de modelos econômicos promovem o desenvolvimento do lugar sem considerar outros aspectos como social, cultural e ambiental. Portanto especificamente na área de recorde de análise deste trabalho a atividade econômica e social é dominada pela a agroindústria e a tecnificação de produção de grãos e carne para o mercado internacional.

Considera desta maneira que a valorização é atribuída a grande produção agrícola mecanizada é a pilhagem ambiental, com o uso intensivo do solo, da água e de outras fontes de energia, como expõe Suertegaray (2004), além da geração de miséria com o processo de precarização do trabalho no campo.

A terra é apresentada neste processo com uma diversidade de significados, para além do elemento natural, sendo compreendida como parte essencial da produção e reprodução capitalista. Enquanto mercadoria, a terra representa a possibilidade de produção de riqueza e, portanto, de expansão agrícola e atração de migrantes que buscam a propriedade privada de parcelas da terra.

¹ Neste texto iremos utilizar Região da Grande Dourados para tratar da formação da área compreendida por municípios localizados ao sul do Mato Grosso do Sul e polarizada pela cidade de Dourados. O uso do termo Território da Grande Dourados refere-se ao projeto do governo federal para o desenvolvimento rural.

Mas a terra significa mais do que a posse privada, para os migrantes significa a possibilidade da vida digna por meio do trabalho realizado nela, e a produção de relações sociais específicas com sujeitos iguais enquanto classe social, mas diferentes enquanto indivíduos.

Nesse contexto, de pensar a terra para além do econômico, destaca a produção orgânica instalada na região da Grande Dourados, considerada uma prática agrícola diferenciada e “alternativa”, colocando-se como um contraponto à agroindústria exportadora definindo as relações sócio-culturais e constituindo uma identidade a partir deste processo.

Pressupostos construídos preliminarmente, na investigação de campo, justifica a necessidade de tornar visível a análise geográfica no que se refere a compressão das relações espaciais e das territorialidades, cuja a produção orgânica está localizada em uma região dominada pela produção de *commodities* agrícolas destinadas ao mercado internacional.

A produção agrícola orgânica neste sentido contribui com outras práticas podem ser social e cultural, portanto justificam o desvelar as contradições do mundo moderno, apontando para a hipótese da produção territorial múltipla e dinâmica associadas a elementos do mundo moderno e de sua crise, a valorização da natureza, a cultura e o desenvolvimento.

A produção agrícola construída a partir de modelos agroindústria teve e tem importância na geração da riqueza no Mato Grosso do Sul, mas apresenta problemas relativos aos aspectos sociais, culturais e ambientais, além de uma significativa concentração da riqueza. De acordo com Suertegaray (2004):

Considerado pela política econômica oficial o principal motor do desenvolvimento brasileiro, o agronegócio – a produção agropecuária apoiada em novas tecnologias e voltada para a exportação – vem provocando, segundo diversos estudos, danos ao meio natural e transformações sociais importantes. Os problemas já constatados em diferentes regiões do país apontam para a necessidade de se realizar mais estudos sobre esse tema, para que processos de degradação sejam mais bem entendidos. (SUERTEGARAY, 2004, p. 50).

Desta maneira a produção da agroindústria eliminou práticas culturais de relação com a natureza construída historicamente, mudando as relações entre sociedade e natureza. O modelo produtivo dominante no Mato Grosso do Sul acarretou o empobrecimento da biodiversidade, a perda da qualidade do solo, a diminuição da quantidade hídrica e, conjuntamente, a transformação cultural.

A produção orgânica, com princípios na agroecologia, representa a possibilidade de “alternativa” para os produtores da agricultura familiar, pois essas atividades se caracterizam pela diversidade de atividades desenvolvidas na terra, alguns autores reconhecem um processo de multifuncionalidade.

Teoricamente existem divergências nos conceitos sobre a produção orgânica e a agroecologia, e estas são apresentadas de maneiras ampliadas e complexas por: Caporal e Costaberbe(2007) Altierri(2004) Jalcine(2003) Dully(2003)e Guzmán(2004). Todos eles destacam a importância desta prática agrícola no mundo moderno e sua relevância quanto prática social e cultural no campo, mas consideram a existência de uma fragilidade conceitual e de interpretação das práticas cotidianas no meio rural dificultando a sua compressão.

Entretanto a valorização da produção orgânica, esta relacionada diretamente aos ideais de vida moderna ligada a idéia de vida saudável e de qualidade, Altieri (2004) afirma:

A abordagem agroecológica é também mais sensível às complexidades dos sistemas locais. Nelas os critérios de desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade. (ALTIERE, 2004, p.36).

Considera neste sentido que as práticas agrícolas alternativas, ao modelo produtivo agrícola dominante criada pelos agricultores são essenciais para a compreensão da existência da prática da agricultura orgânica em um local produzido pelo processo de modernização agrícola.

A produção agroecológica ou orgânica podem ser pensadas a partir de aspectos que vão além da produção do capital, como a produção de valores e atividades produtivas que tecnicamente se apropriam de práticas culturais consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante e o uso do conhecimento moderno sobre a natureza para criar técnicas produtivas diferenciadas; ou seja, a técnica culturalmente valorizada no processo de produção, visando à sustentabilidade da sociedade e não apenas de modelos econômicos.

Conforme destaca Almeida (2003), a natureza e sua produção passam no tempo e no espaço por diferentes concepções.

Várias foram às atividades dos homens em face da natureza, resultantes de suas concepções como selvagens, sublime, pura, divina, objeto de conhecimento, útil, recursos, sendo que estas ainda se manifestam, com variações, nas relações sociedades-coisas naturais. Embora o leque de entendimento sobre o natural se tenha ampliado, permanece em comum nestas visões a sua concepção como realidade alheia à intervenção social, como um produto único e exclusivo das leis da seleção natural e a exclusão de sua dimensão histórica. A natureza se visualiza, então, como negação da vida urbana, da cultura e das práticas sociais. (ALMEIDA, 2003, p. 72).

A produção da natureza e sua relação com o território são construídas pelos grupos sociais de acordo com as culturas e identidades e sua representação. Especificamente, a participação da produção orgânica na construção do território é constituída não somente por interesses econômicos, mas, também pelas operações simbólicas essenciais para estruturação e consolidação desta prática. Ainda segundo Almeida (2003):

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em primeira instância, as necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Porém, sua função não se reduz a esta dimensão instrumental: o território é também objetivo de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo, de natureza, e esta ocorre em decorrência de uma cultura ecológica. (ALMEIDA, 2003, p. 75).

Nesta perspectiva analítica é proposta a reflexão acerca da participação da agricultura orgânica na produção da região da Grande Dourados, considerando os aspectos das relações sociais em sua complexidade, inserindo componentes que permitam desvendar o significado da agricultura orgânica na produção do espaço e suas contradições.

Inserida em um espaço majoritariamente produzido com base na tecnificação industrial da agricultura, com o uso intensivo de insumos para acelerar o ritmo da produção e atender às necessidades da produção em larga escala, a produção orgânica cria um território específico no estado.

As práticas destes produtores são diferenciadas quanto à forma de produzir com o uso de técnicas que utilizam pouca mecanização e com a valorização dos saberes produzidos no trabalho com a terra.

No processo de consolidação dessa produção e da territorialidade produzida por tais sujeitos sociais, no início do século XXI ocorre a apropriação por parte destes produtores de políticas públicas voltadas para o campo brasileiro, com destaque para a proposta do Governo Federal de um novo programa de

desenvolvimento do campo por meio de um processo de ordenamento territorial baseado em territórios rurais.

A inserção da política pública dos Territórios Rurais da Grande Dourados e os produtores orgânicos.

No Brasil a partir do governo popular iniciado nos anos de 2000, se efetiva um novo programa de desenvolvimento para o campo, com uma nova roupagem de abordagem no qual é definida como *Territórios Rurais Sustentáveis* e dos *Territórios da Cidadania*.

Programas públicos que se deferem entre si, mas sem perder a sua centralidade de promover a efetivação do homem do campo por meio de ações de valorização do local, e portanto a discussão é realizada por meio da leitura do local e do território e do desenvolvimento onde elementos como cultura e identidade são discutidos em sua essência e prática .

A política pública dos territórios rurais tem como meta desenvolver ações voltadas aos pequenos produtores rurais e da estrutura da agricultura familiar. Estas ações são definidas a partir da identificação de processos específicos reconhecidos dos produtores rurais e sua relação com a terra e suas práticas agrícolas.

Para realizar esta leitura de análise foi definido como recorte espacial a porção Meridional do estado do Mato Grosso do Sul, a sudoeste de Campo Grande, capital do estado, este local passa a ser reconhecida a partir dos anos 2003, com a implantação da política pública de desenvolvimento do meio rural, Ministério Desenvolvimento Agrário-MDA e Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDT, como Território Rural da Grande Dourados.

Esta delimitação do Território Rural insere-se na chamada Região da Grande Dourados. Ela abrange uma área de 21.329,50 Km² e é composta por 12 municípios: Nova Alvorada do Sul, Caarapó, Deodópolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Rio Brillhante e Vicentina. A população total do território é de aproximadamente 321.165 habitantes, dos quais 53.201 vivem na área rural, o que corresponde a 16,57% do total. Possui 7.337 agricultores familiares, 2.083 famílias assentadas, 1 comunidade quilombola e 7

terras indígenas. Seu IDH médio é 0,76, conforme dados apresentados pelo Sistema de Informações Territoriais, 2010.

A partir do processo de efetivação da política de desenvolvimento do campo gera uma disputa entre os defensores do modelo tecnificado, centrado no domínio das grandes empresas mundiais produtoras de alimentos e entre aqueles que defendem o modelo de desenvolvimento centrado na valorização dos saberes locais, na cultura produzida pelo homem em sua relação com os diferentes aspectos da natureza.

Nesse contexto de disputa, o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento do Território – SDT, cria os Territórios Rurais Sustentáveis em 2003, cuja política pública está baseada no modelo de Ordenamento Territorial da Comunidade Europeia.

Na Europa este modelo de ordenamento territorial foi aprovado na Conferência Européia de 1984, quando foram discutidas e eleitas as “vocações” agrícolas das diferentes regiões do continente, com o objetivo de construir um modelo de desenvolvimento integrado e regionalizado.

Já no Brasil, propostas de mudanças ocorrem a partir dos anos 2000, incorporando a princípio o conceito de desenvolvimento do campo com a abordagem do território.

Posteriormente, fortaleceu a abordagem da categoria de Territórios Rurais como uma maneira de abarcar o urbano e o rural e fortalecer categorias jamais mencionadas em outros planos, tais como identidade, territorialidade, pertencimento, gestão do território, sustentabilidade, valores culturais, sociais e ambientais – até então categorias ausentes nas políticas públicas nacionais de regionalização.

No programa das políticas públicas de Território Rural Sustentável (MDA/SDT, 2003), “ordenar” o território é considerado uma forma de garantir que cada uma das parcelas do espaço seja valorizada conforme a identificação de sua respectiva “vocação”, em uma clara alusão à proposta europeia de ordenamento territorial, que apresenta na Carta Européia do Ordenamento do Território de 1984, as seguintes premissas:

O ordenamento do território é, simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento

equilibrado das regiões e a organização física do espaço geográfico segundo uma estratégia de conjunto. [...] O homem e o seu bem estar, bem como a sua interação com o meio ambiente, estão no centro das preocupações do ordenamento do território. [...] O ordenamento territorial deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais que influenciam a organização do espaço, o caráter aleatório de todo o estudo prespectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade socioeconômicas e ambientais. (DGOT, 1988, p. 9-10).

A proposta dos Territórios Rurais Sustentáveis-TRS elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT do Governo Federal Brasileiro apresenta avanços em relação a essa base teórica que fundamenta o documento europeu. Incorpora análises feitas por teóricos brasileiros que tratam da problemática da territorialidade e seu uso para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento.

A centralidade da proposta brasileira está baseada no mapeamento de identidades no campo brasileiro, identificando fragmentos territoriais passíveis de apoio do Governo Federal, de um planejamento regional e desenvolvimento local.

A perspectiva territorial presente no Território Rural Sustentável possibilita repensar o processo de produção do espaço brasileiro, inserindo teorias territoriais que valorizam os sujeitos sociais locais.

Este entendimento político de ordenamento territorial possibilita a valorização e o fortalecimento das identidades locais, mapeadas em cada um dos territórios rurais constituídos, considerando a construção coletiva definida pelos grupos sociais.

Na análise da produção deste território rural para além do modelo de desenvolvimento dominante, foi possível identificar preliminarmente práticas sociais desconsideradas pelas políticas públicas, quanto à sua relevância social e ambiental. São as práticas dos indígenas, dos habitantes dos quilombolas, de parcelas dos assentamentos rurais, de pequenos produtores orgânicos, entre outros.

As práticas em questão são identificadas como alternativas. Elas têm o significado de resistir ao domínio da grande propriedade, ao consumo sem limites de insumos agrícolas e à produção de mercadorias para os grandes centros consumidores.

Neste contexto, a produção orgânica aparece como central na construção da ideia de um modelo de desenvolvimento rural diferenciado na perspectiva da valorização da natureza e da cultura.

Esta simplificação analítica, homogeneizando a análise da produção orgânica, provoca falsas soluções para os problemas sociais e ambientais, e para a produção agrícola orgânica e seu significado na construção da sustentabilidade social, cultural e ambiental a partir da experiência no Território da Grande Dourados.

Nesta perspectiva, o recorte espacial está atrelado ao recorte temporal, no sentido da construção histórica do território. Buscando sistematizar a análise, a vinculação entre espaço-tempo possibilita cartografar as transformações no território. Santos (2001) afirma “a cartografia é uma ciência muito complexa, combina “características” das ciências naturais e das ciências sociais” (p.197).

Assim, cartografar com o autor se refere, permite refletir sobre a totalidade dos processos constituintes do território. Enfim, ao descrever ações das relações existentes entre as atividades humanas e da natureza, e não analisá-las na sua complexidade, corremos o risco de negarmos as relações sociais que promoveram as transformações dos elementos naturais e da cultura.

Esta prática produtiva e cultural de uso intensivo da natureza promove o esgotamento dos elementos naturais que permitem as práticas agropecuárias. A radicalização do processo de pilhagem ambiental leva ao esgotamento da qualidade do solo, da água e do clima, promovendo o esgotamento, em determinadas áreas da região, da geração de riqueza baseada no binômio soja/gado.

A resposta a esse esgotamento resulta no processo complexo que leva em conta o fluxo migratório do campo para a cidade, polarizador de algumas cidades da região da Grande Dourados, promovendo um crescimento desordenado, mobilidades para outras regiões do Brasil que passam a constituir a fronteira agrícola nacional, aumentando as desigualdades sócias entre o campo meio rural.

Estas fases da produção da região são as dominantes e produzem os processos de geração de riqueza e de miséria. A constituição da ideia da região da Grande Dourados está baseada na riqueza gerada pelo uso do solo para produção agropecuária destinada ao mercado internacional.

Preliminarmente foi possível identificar três grupos de produtores agrícolas de produção orgânica, e apesar desta possibilidade de fragmentação dos produtores em grupos, é possível considerar uma identidade entre eles – a resistência, conforme aponta Castells (2008).

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistências e sobrevivências com bases em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo oposto a estes último, conforme propõem Calhom ao explicar o surgimento da política de identidade. (CASTELLS, 2008, p. 24).

O primeiro dos grupos identificados é os “independentes”, produtores orgânicos que optaram pela produção de alimentos por acreditarem na necessidade de alimentos livres de agrotóxicos em função da melhoria de uma qualidade de vida relacionada à saúde. Sua motivação não é o lucro e uma vez ou outra conseguem apoio de instituições como ONGs ou públicas – universidades e centros de pesquisa. Possuem história de vida relacionada à produção no campo e com forte presença da tradição do homem do campo.

Outro grupo é dos “fragilizados”. Neste caso identificamos os assentados rurais que são dependentes de ajuda técnica e operacional do estado, não conseguem se organizar de forma independente estão à margem das políticas para os proprietários rurais de terras e são vinculados a projetos das universidades. Não conseguiram o estatuto da cidadania, não compreendem o significado da produção orgânica no mundo moderno, mas a consideram uma possibilidade individual de melhoria da renda.

Por fim, temos os produtores que se organizaram em torno de uma associação, reconhecidos como produtores orgânicos. São articulados com o poder público, conseguem dialogar com o estado, elaboram projetos e estão inseridos em colegiados e representações. Portanto, são possuidores do estatuto de cidadania.

Este último grupo consegue, localmente, participar ativamente da construção da política pública do governo federal do Território Rural da Grande Dourados². Esta ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário possibilita o fortalecimento do grupo organizado na Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS.

Considerações finais

A valorização da produção orgânica, tanto econômica quanto de transformação do modelo de desenvolvimento, possibilita ao poder público, especificamente o Governo Federal do Brasil apresentar no início do século XXI

² Política pública do Governo Federal implementada por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/SDT, que propõe um desenvolvimento regional territorial do campo brasileiro incentivando ações que valorizem a organização e a produção dos pequenos produtores rurais da estrutura familiar.

direcionamento político no sentido de incorporar ao mercado práticas sociais até então consideradas ausentes.

Especificamente ocorre a inserção da prática agrícola orgânica no contexto geral de produção através da implantação de políticas públicas voltadas para a organização dos produtores e incentivo ao consumo. A agricultura orgânica é internalizada no capital.

As políticas públicas voltadas a este segmento colocam em cena sujeitos sociais que estavam invisíveis: pequenos produtores rurais que resistem ao domínio do modelo de desenvolvimento agrícola baseado na pilhagem sociocultural e ambiental (ALTVATER, 1995).

A produção de alimentos orgânicos tem papel relevante na área territorial estudada por se caracterizar como uma “alternativa” para os pequenos produtores rurais locais, de renda e de conservação e/ou recuperação de áreas.

Uma comunidade com as práticas culturais diretamente associadas à valorização ambiental poderá apontar caminhos para uma reflexão sobre a constituição de territórios com conteúdos totalizantes no que diz respeito à cultura e ao ambiente. Em investigações preliminares, foi possível identificar que a base de sustentação da organização dos produtores orgânicos está em *como* a natureza é pensada.

A produção dos alimentos orgânicos está relacionada aos pequenos produtores rurais. Isto ocorre em função da demanda da produção, pois exige mais mão de obra, menor uso de tecnologia e maquinários, utilizando toda a estrutura familiar para a produção. Mesmo considerando que a concepção de agricultura familiar não é consensual para definir estes agricultores, optei por adotá-la preliminarmente em função das observações feitas até o momento indicarem que os agricultores orgânicos da área estudada produzem basicamente com uso da mão-de-obra familiar.

O processo de distribuição também constitui um fator de diferenciação entre os produtores orgânicos e está intimamente relacionado à capacidade organizativa. Aqueles que conseguem se organizar em grupos possuem mais autonomia para negociar com as redes de distribuição e comercialização. Enquanto aqueles que negociam individualmente com as redes são submetidos às imposições da estrutura de comercialização, como, por exemplo, na definição do preço do produto, do tipo de produto e da quantidade fornecida.

A produção orgânica pressupõe novas formas de organização social, superando a simples troca da forma de produção, inseri mudanças no processo de desenvolvimento, na relação sociedade natureza, mas, principalmente, a produção de relações sociais com base na solidariedade. A produção do território da produção orgânica apresenta indícios de possibilidade de alternativas para o campo, com a fixação do trabalhador na produção agrícola.

Bibliografia

ABREU, S. Planejamento governamental: a sudeco no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, M. G. Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G; RATTTS, A. J. (Orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 71-88.

_____. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 130-114, 2005.

ALTVATER E, **O preço da riqueza**. São Paulo; Editora UNESP, 1995.

ALTIERE, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **PRO-ORGÂNICO**. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica. Curitiba, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT, 2005. (Série Documentos SDT: número 01)

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável : uma perspectiva agroecológica. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n. 27, p. 153-165, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: GERHARDT, K. B. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2)

DULLEY, R. D. **Ambiente e produção agrícola: principais paradigmas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para um agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 101-131.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: FERREIRA, C. F.F.B. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, M. G; CHAVEIRO, E. F; BRAGA, H. C. (Orgs.). **Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: E.V; 2008. p.98-136.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.